

A “IMEDIAÇÃO” TELEVISIVA EM BEATRIZ SARLO

Ianá Costa de Andrade *

Este trabalho é fruto de um estudo, iniciado no ano de 2001, acerca do pensamento de Beatriz Sarlo, intelectual argentina que faz a crítica da atualidade através da análise histórica de seu país. As idéias da autora sobre o aspecto midiático da contemporaneidade suscitaram as presentes reflexões.

A realidade é um conjunto de verdades cercado de mediações por todos os lados. A primeira e principal dessas mediações é a própria linguagem, elemento indispensável para a apreensão do “real” e para a comunicação e troca de informações. Assim também a mídia, como indicado pela etimologia da palavra, serve de meio entre realidade e indivíduos, através de diferentes modos de representação e de apresentação dessa mesma realidade. Mas, cabe-nos explicar melhor o que, atualmente, se entende por mídia.

O fenômeno da revolução tecnológica ganhou dimensão tal, a partir dos anos 90, que a palavra mídia tem sido usada para denominar não somente os meios de comunicação de massa, mas todo e qualquer meio de comunicação e informação audiovisual, sonoro e imagético – como a TV a cabo, o videocassete, os jogos eletrônicos, a Internet etc. – configurando o que Albino Rubim chama de “Idade da Mídia”¹.

A ambigüidade do uso dessa palavra reflete-se tanto na categorização de seus produtos, quanto na tentativa de avaliação crítica dos mesmos. Sem entrar no mérito das polêmicas sobre as diferentes apreciações dos termos suporte, mensagem, mídia etc., ou sobre sua grafia mais

* Estudante do curso de graduação em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFMG.

¹ RUBIM, Albino. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000 apud SANTAELLA, Lúcia. A crítica das mídias na entrada do século 21. In: AIDAR PRADO, José Luiz (org.). *Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p.45.

adequada² – média ou mídia –, é útil destacar que, no âmbito das discussões sobre as vantagens e desvantagens da hegemonia midiática e da revolução digital na pós-modernidade, também não há um consenso.

De um lado, muitos críticos insistem em negar algo com o qual já convivemos cotidianamente, ainda que, muitas vezes, de modo contraditório e irrefletido. De outro, os “eufóricos”³ e “deslumbrados”, vêem nessa revolução a concretização do sonho do acesso livre e generalizado à comunicação. Em comum entre essas posições, a constatação da falta de um instrumental teórico adequado para a análise dessa nova realidade.

Todavia, os avanços tecnológicos podem ser mesmo fascinantes e, ainda que nem todas as fantasias sobre o futuro, que povoavam e povoam nosso imaginário, tenham se concretizado (pelo menos por enquanto) – como a guerra nas estrelas, a ocupação de Marte, as excursões turísticas à Lua, o tráfego urbano de automóveis voadores etc. –, temos de admitir que muitas delas já são um fato, muito embora não impliquem em uma mudança da “identidade e natureza do montante cada vez mais exclusivo e minoritário daqueles que continuam no poder”⁴. Afinal, a era digital também é fruto do capitalismo contemporâneo e é regida, majoritariamente, por uma lógica de mercado. É notória, por exemplo, a dominação da *rede* por um pequeno número de empresas ligadas às telecomunicações.

Mas a inteligência artificial está aí, assim como as simulações, os clones, as máquinas interativas. Imagens, sons, textos e vídeos viram dígitos e podem ser manipulados, estocados, difundidos⁵. Na época da realidade virtual, a fórmula cartesiana “penso, logo existo” não é mais um método seguro de certificação da existência. Afinal, não estamos nos encaminhando para uma

² Cf. MARCONDES FILHO, Ciro. *Mediacriticism* ou o dilema do espetáculo de massas. In: AIDAR PRADO, 2002. nota 1. p. 24-25.

³ SANTAELLA In: AIDAR PRADO, 2002. p. 53.

⁴ SANTAELLA In: AIDAR PRADO, 2002. p. 55.

⁵ Cf. informações sobre tecnologia digital e monopólio da Internet em SANTAELLA In: AIDAR PRADO, 2002. p.52 e 54.

fase em que talvez não seja mais possível distinguir entre o real e o virtual? E, quem nos garante que não somos “replicantes” vivendo numa realidade simulada?

Antes de prosseguirmos, cabe fazer um comentário a respeito da noção de realidade, lembrando que trata-se de um conceito tão abstrato e instigante e tão paradoxal e indefinido, quanto é ambíguo o termo mídia. Agora, mais ainda, sabemos que o real, tal qual o concebemos, é uma fabricação, uma representação, uma mediação, um discurso.

No entanto, ainda que conscientes do caráter representativo – e, portanto, provisório – de nossas teorias, não nos cansamos e, ao contrário, necessitamos de continuar buscando e construindo definições e modelos explicativos para o entendimento do que chamamos realidade. Motivo, aliás, de estarmos hoje aqui.

É certo que essas formas de representação inter-relacionam-se e modificam-se de acordo com as mudanças políticas, sociais e tecnológicas no contexto histórico, numa dinâmica em que, muitas vezes, é difícil (ou mesmo impossível) discernir os papéis de determinante e determinado, causa e consequência, ovo e galinha. Em particular, no campo da comunicação, Santaella afirma que as “mídias são inseparáveis das formas de socialização e cultura que são capazes de criar, de modo que o advento de cada novo meio de comunicação traz consigo um ciclo cultural que lhe é próprio.”⁶

Fica, pois, aí colocado um grande desafio: se, necessariamente, os modos de mediação mudam, aumentam e/ou tornam-se mais complexos, na mesma proporção do aumento e da complexidade das transformações culturais, que dirá das representações e da crítica midiática

⁶ SANTAELLA In: AIDAR PRADO, 2002. p. 45-46.

nesses tempos marcados pela velocidade, pela fugacidade, pelo excesso de informações e pela globalização?

E, também nessa perspectiva, como pensar os modelos institucionais forjados no final do século XVIII, que persistem até os nossos dias?

É disso que trata Beatriz Sarlo em alguns de seus ensaios, nos quais levanta hipóteses para mostrar que, ao mesmo tempo em que a legitimidade desses modelos é questionada – sobretudo no que diz respeito à sua aparência ultrapassada, burocrática, fria, inacessível e lenta – há também um movimento de reconfiguração e adaptação desses espaços à realidade contemporânea e à estética eletrônica.

É o que se nota no campo da política, em que seus agentes têm de ajustar sua imagem e seus discursos – que devem ser mais coloquiais – à lógica do vídeo, à videopolítica. Sua habilidade mais exigida e indispensável agora, não é mais política ou moral, mas midiática. Sarlo destaca que “nunca a imagem física do político teve uma importância tão decisiva: as cirurgias plásticas, o estilo das roupas e dos penteados são decisivos na construção do político e devem suportar o escrutínio da proximidade [da imagem da TV] e não a perspectiva longínqua e majestosa dos cenários políticos prévios à revolução audiovisual”⁷.

Fazendo um jogo de oposição entre a mídia televisiva e instituições como o Estado e a Justiça, poderíamos dizer que estas últimas estariam para o passado, assim como a televisão está para o presente, atenta à novidade e ao caso particular.

As instituições e seus trâmites estariam para o mediado – corporificado na figura dos juizes, advogados, políticos e especialistas, sem os quais não é possível participar e intervir nesses

⁷ SARLO, Beatriz. Sete hipóteses sobre a videopolítica. In: *Paisagens imaginárias*; intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p.132.

espaços –, assim como a TV estaria para o imediato, da transmissão ao vivo, da participação direta e da solução instantânea de problemas.

Evidentemente que, se podemos estabelecer esses paralelos no campo institucional, o mesmo não se dá na esfera da TV ou, pelo menos em parte, como veremos:

A lógica televisiva, fragmentária, seriada, capitulada, “*zappeada*” (leia-se estética do videoclipe), juntamente com seu fluxo acelerado, excessivo, repetitivo – e, conseqüentemente, banalizante – de informações e imagens, privilegia o enfoque no presente, em detrimento do passado e da memória. A sucessão vertiginosa de telas e a *máxima visibilidadade* têm, como contraponto, a *mínima transparência*, a opacidade, a dispersão, o esquecimento. A fixação no presente e a aparência de não-mediação são reforçadas, ainda, pelo recurso da transmissão ao vivo – graças ao qual assistimos aos eventos “imediatamente” a seu acontecimento – e também pelo fenômeno da participação interativa, que permitiu ao espectador levantar-se da poltrona e “invadir” a tela, intervindo “diretamente” nos acontecimentos televisivos.

Multiplicam-se os programas de auditório, os *reality shows* – onde o espectador é o artista – e os programas de investigação policial, que configuram verdadeiros tribunais eletrônicos, nos quais o público além de servir de testemunha, faz as vezes de juiz. Como mostra Sarlo, “hoje em dia (...) até os programas de debate político mais reflexivos têm público no estúdio, recebem ligações telefônicas e convidam não-especialistas para a mesma mesa, justamente por sua condição de não-especialistas”⁸. Nota-se que a vida privada torna-se pública e a discussão do que é público passa a ser feita de acordo com os parâmetros da vida privada: a opinião, a emoção, o senso comum.

⁸ SARLO, Beatriz. Gravação ao vivo. In: *Cenas da vida pós-moderna*; intelectuais, arte e videocultura na Argentina. 2 ed.. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 76.

É nesse cenário que a idéia de democracia também tem seu significado deslocado: a democracia representativa é questionada e a democracia de opinião – na qual toda e qualquer pessoa pode emitir um juízo a respeito de todo e qualquer assunto – parece mais conveniente e, usando uma tautologia, mais democrática. A democracia de opinião televisiva dispensa as formalidades e a lentidão das instituições, “é mais rápida e salta os obstáculos, muitas vezes insuportáveis, entre o conflito e a sua solução. Avança a golpes de instinto, levada pela imagem do que pensa ser justo”⁹.

Mas, ainda que deficientes, as instituições são construções humanas necessárias para o funcionamento minimamente organizado da sociedade. Sarlo chama a atenção para o problema de se desqualificá-las, sem propor mudanças ou exigir reformas, substituindo a lei pela conduta particular e circunstancial do senso comum. *A voz do povo é a voz de Deus?*

A TV *parece* realmente mais acessível, mais aberta, mais democrática, mais humana e, claro, mais eficiente e dinâmica. Seu imediatismo se revelaria, ainda, na simplificação e na suposta rapidez com que os mais diversos problemas são propostos, discutidos, “resolvidos” e, logo, substituídos pelo próximo capítulo.

Ora, mesmo que transmitidas “imediatamente”, as imagens *ao vivo* são mediadas pela câmera, *pelo* câmera, pelo encarregado da fotografia, da iluminação e do som, pelo diretor da emissora, enfim... E, mesmo que haja a participação direta e/ou ao vivo das pessoas nos programas, os espaços destinados à expressão das opiniões são pré-formatados segundo as exigências do mercado e as regras do meio. A impressão de “imediação” é ilusória também nesse caso, lembrando também que as opiniões emitidas não podem ser totalmente espontâneas e

⁹ SARLO, Beatriz. A democracia midiática e seus limites. In: *Paisagens imaginárias*; intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 127.

neutras pela própria condição de seus emissores: *o telespectador é um sujeito, em maior ou menor grau, educado pela mídia e familiarizado com ela.*

Notamos que, de todo modo, a dinâmica televisiva requer algum tipo de mediação, seja humana, ideológica, técnica, imagética, lingüística, sendo que a própria recepção de suas informações passa, necessariamente, pela mediação dos sentidos do telespectador.

É bom que fique claro que as críticas aqui feitas referem-se à ideologia mercadológica – e, muitas vezes, incoerente e dominadora – dos responsáveis pela programação das emissoras de TV, e não ao meio em si. Este, tem um potencial incrível – tanto pelo seu fascínio, quanto por seu alcance – que pode *e deve* ser usado de modo mais consciente, educativo, enriquecedor, humanizado e sincero.

Encerrando, pelo menos por enquanto, essas reflexões, ficam algumas propostas, compartilhadas com o pensamento comprometido de Beatriz Sarlo: primeiro, a de pensarmos, discutirmos e participarmos da reformulação das instituições; e, segundo, a de propor mudanças para o uso que se faz da TV, procurando atuar individual e coletivamente, como mediadores que somos, no sentido de influenciar na constituição daquilo que a autora chama de “esfera pública eletrônica”.